

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

15 a 22 de Março de 1992 Nº 29

ANGOLA: Dissidência provoca crise na UNITA

A deserção de dois importantes dirigentes do movimento, Tony da Costa Fernandes e Miguel N'Zau Puna (cf. *A Semana* nº 28) provocou uma grave crise no interior da UNITA. Segundo a direção do movimento, a razão de tal ato encontra-se na adesão de Fernandes e Puna ao movimento de libertação de Cabinda, de onde ambos são originários. Em declarações públicas, todavia, Puna apresentou uma outra versão, segundo a qual o duplo abandono tem como explicação a discordância com a orientação que vem sendo seguida pela UNITA; Puna chegou a afirmar que ele e Fernandes não tem a intenção de "ser cúmplices daquilo que vai acontecer", o que provocou inquietação em Luanda, por sugerir uma ameaça ao processo de paz. Uma terceira explicação foi proposta, por círculos de Luanda, que acreditam estar num abortado golpe contra Savimbi o motivo da saída dos dois ex-dirigentes. A morte dos dissidentes Tito Chingundji e Wilson dos Santos, atribuída por Puna à direção da UNITA, contribui para ampliar as evidências de confrontação no interior do movimento.

Consta que o governo de Eduardo dos Santos teria, discretamente, apoiado a ida de Puna e Fernandes para Portugal. A questão de Cabinda adquire uma maior candência, posto que a provável adesão em massa de homens em armas da UNITA originários do enclave à FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) pode conduzir a um agravamento das hostilidades, preocupando os setores moderados da própria FLEC e o governo de Luanda. Este, por suavez, vem tentando não agravar a crise, receando que "a UNITA arranje pretextos para não cumprir os acordos de paz", ao mesmo tempo em que canaliza em benefício próprio as repercussões da crise da UNITA; segundo o articulista Gustavo Costa, do jornal *Expresso*, os demais partidos de oposição tendem a afastar-se do movimento liderado por Savimbi, "dando maior espaço de manobra ao MPLA para liderar o processo de democratização do país". Neste contexto, foram realizados três comícios em Luanda. O MPLA, que tem na capital e região

NESTA EDIÇÃO:

Marrocos estuda cooperação com Angola
p.3

Governo de Cabo Verde apresenta ante-projeto de Constituição
p.5

Marco A. M. D'Oliveira apresenta as perspectivas para Moçambique
p.06

Fazendeiros portugueses mortos em Moçambique
p.7

A comunidade portuguesa na África do Sul e o plebiscito
p.12

adjacente o seu ponto de maior influência, organizou a reunião da "Família MPLA", movimento que tem como objetivo unir todos os militantes e ex-militantes do partido, juntando cerca de 12 mil pessoas. A UNITA e a FNLA também fizeram comícios, reunindo cada qual cerca de cinco mil pessoas. Não se registraram incidentes. (pp. 2-4)

MOÇAMBIQUE: Governo e Renamo assinam acordo eleitoral. Autoridades Médicas preocupam-se com o crescimento da AIDS.

O Governo de Moçambique e a Renamo assinaram em Roma, no ministério dos Negócios Estrangeiros, um acordo sobre a organização das eleições. Segundo o acordo foi estabelecido que a convocação das eleições gerais ocorrerá um ano após a data de assinatura do acordo geral. Aprovou-se também a liberdade de informação, expressão e propaganda política e a reinserção social de cerca de um milhão e meio de refugiados de guerra. A Renamo, segundo o protocolo, terá firmado um terço dos lugares na comissão eleitoral Nacional, que controlará todo o processo elei

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

toral e será aberta a todas as forças políticas, em quanto as Nações Unidas e outras organizações serão convidadas a enviar observadores. Estipulou-se ainda que o sistema será de representatividade proporcional.

O acordo quanto às eleições é o terceiro protocolo assinado desde que se iniciou, em julho de 1990, a última etapa das conversações diretas mediadas pelo Governo Italiano e a Igreja Católica.

No dia seguinte às comemorações pela assinatura do acordo eleitoral as autoridades médicas de Moçambique divulgaram estimativas preocupantes quanto a expansão da AIDS no país.

Até setembro de 1991 haviam sido diagnosticados 272 casos, no entanto o levantamento de fevereiro de 1992 já soma 340 casos. As previsões apontam para o número de cem mil pessoas contagiadas até 1995, levando-se em conta o tempo de propagação nos países vizinhos e sobretudo o caráter ilusório de suas estatísticas.

O Banco Mundial lançou recentemente em Moçambique um programa de três milhões de dólares, visando financiar projetos para a criação de pequenas empresas (familiares) em atividades como carpintaria, alfaiataria e alimentação. Até momento porém os recursos não foram minimamente utilizados, por falta de projetos com credibilidade comercial e financeira. O Banco Mundial concedeu desde 1987 até 1991 um total de 600 milhões de dólares à Moçambique destinado-se a maior parte a projetos de investimentos. (pp. 06 e 08)

ÁFRICA DO SUL: A vitória do "SIM" não representa a conquista de uma transição pacífica.

Já nos chegam as primeiras informações sobre o referendo do dia 17. Estimativas extra-oficiais indicam que o comparecimento dos eleitores brancos nas grandes cidades superou os 60%, o que abre a perspectiva de continuidade das negociações com os líderes negros, iniciadas por de Klerk há pouco mais de 2 anos.

A inédita e imensa mobilização — principalmente das personalidades que comandam os grandes conglomerados da vida econômica e financeira sul-africana — em torno do futuro do apartheid, surgiu em decorrência do temor pelo retorno das sanções econômicas, diplomáticas, culturais e esportivas.

O referendo, que ocorreu tendo como pano de fundo a recessão econômica, a seca e a crescente violência social e política, terá na diferença de votos "SIM" e "NÃO" uma amostra fundamental para o prosseguimento das reformas negociadas. Se os conservadores obtiverem mais de 40% do eleitorado branco, certamente não terão sido derrotados, pois acumularão forças sociais para intervir no processo que se seguirá. Mas, há projeções que entre os conservadores poderá haver divisões com a vitória do "SIM". Os mais duros poderão recorrer à violência. Outra parcela, uma espécie de "nova direita", constitucional, poderia entrar nas negociações. Para de Klerk, a continuidade da direção da transição, com maiores tormentos se daria com uma diferença a seu favor da ordem de 15 a 20%.

Sobre a crescente violência política, o governo de Pretória se alimenta do conflito étnico entre o Partido da Liberdade Inkhata, majoritariamente zulu,

de Buthelezi e o ANC, com predominância shosa. A violência política é alimentada, entre outros fatores, pela migração de trabalhadores de suas comunidades, a frustração dos jovens negros desempregados, batalhas entre gangues rivais, competição por recursos e crimes comuns. Há uma evidência crescente do envolvimento de elementos (inclusive líderes) do Inkhata em várias práticas violentas. Este partido, com isso, estaria forçando a sua inclusão nas negociações, pois parece cada vez mais claro que Buthelezi e seu partido não representam uma alternativa à Mandela, e nem a um grande setor dos negros sul-africanos, sendo Mandela e o ANC os preferidos de mais da metade da população, com de Klerk colhendo 20% dos votos entre todos os grupos étnicos.

Alguns analistas levantam a hipótese de uma "terceira força", que estaria insuflando ou conduzindo as violências. O maior agravante desta hipótese é que a mesma consistiria na reunião de direitistas brancos, incluindo alguns membros da força de segurança, e ainda o envolvimento direto e organizado do governo. Isto é crucial, pois nos faria questionar a suposição que uma democracia racial é o caminho inevitável para a África do Sul. Esta implicação abriria a perspectiva, extremamente pessimista (es peremos, pouco provável), que diante de um futuro impasse ou grave crise política, alguns militares tentem um golpe de Estado.

O desenrolar do pós-apartheid, talvez ainda mais difícil e melindroso, requererá um sistema que o substitua. Será necessário organizar a coexistência de lógicas opostas: moderno e tradicional, universalismo e particularismos (terá que se superar o privado em nome do público). A democracia na África do Sul — assim também se desejaria para o Brasil — deverá ir além da combinação de forças opostas. As diferenças sociais, culturais e econômicas terão que ser intermediadas pelas diferenças raciais. Lá como aqui, qualquer projeto de construção democrática terá que incorporar a temática do racismo, se não não passará de um projeto fadado ao fracasso. Isto implica que a vida social, política, ideológica, racial pós-apartheid — a futura democracia racial sul-africana — terá que ter a democratização como instrumento que permita o pluralismo, a capacidade de escutar, de negociar, de discutir visando desmobilizar qualquer experiência ou prática totalitária e inviabilizar que qualquer grupo ou pessoa se apodere e se mantenha no poder. (p.8 a 12)

PALOP: Encontro dos chefes de Estado em São Tomé

Os chefes de Estado dos cinco países africanos de expressão portuguesa iniciaram na 2ª semana de março, em São Tomé, a décima cimeira, com o propósito de encontrar novas formas de cooperação.

O presidente de São Tomé, Miguel Trovoada, em seu discurso de abertura agradeceu a Portugal, e defendeu um estreitamento das relações entre os PALOP, Lisboa e o Brasil. Trovoada aproveitou a ocasião para qualificar como "aberração" a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

O encontro serviu também para uma solicitação comum dos 5 à Comunidade Europeia visando a concretização de seis projetos, orçados em 30 milhões de dólares, que atenderão as áreas de saúde, educação e administração pública. (p. 01)

Na era das "mudanças históricas"

OS CHEFES de Estado dos cinco países africanos de expressão portuguesa — Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe — iniciaram ontem a sua décima cimeira, com o propósito comum de encontrar novas formas de cooperação.

A cimeira decorre numa das salas do Palácio de Congressos de São Tomé, e ontem teve como oradores principais os Presidentes Miguel Trovoada, o anfitrião, e José Eduardo dos Santos, de Angola.

O chefe de Estado santomense reconheceu a existência de uma "taxa altamente deficitária" na cooperação entre os

PALOP, mas admitiu que esta pode ser reforçada, com base nos laços culturais e linguísticos que unem os cinco países lusófonos.

Trovoada, que assumiu a presidência do Grupo dos Cinco, em substituição do Presidente de Cabo Verde, Mascarenhas Monteiro, agradeceu o apoio de Portugal, que qualificou de "país amigo", e defendeu um mais estreito relacionamento dos PALOP com Lisboa e o Brasil.

O líder de São Tomé reserrou também no seu discurso um lugar para Timor-Leste, considerando "uma aberração" a ocupação indonésia e condenando os massacres cometidos pelo regime de Suharto. Numa

anterior reunião preparatória de ministros dos Negócios Estrangeiros preparatória, esteve presente uma delegação da Fretilin, chefiada por Abílio Araújo. Espera-se no final da cimeira uma declaração dos cinco chefes de Estado, exigindo o direito à autodeterminação do povo timorense.

Outro dos oradores de ontem foi o Presidente angolano, que lembrou o "passado comum, numa conjuntura internacional caracterizada por profundas mudanças históricas".

Referindo-se aos temas prioritários da cimeira, Eduardo dos Santos especificou as questões sociais, a formação, a

educação, a saúde e a cultura. No plano político, acentuou, será analisada a situação interna de cada Estado, assim como a evolução dos processos de democratização.

O líder angolano recordou que no seu país estão previstas eleições livres, na segunda quinzena do próximo mês de Setembro, e agradeceu aos que contribuíram para a pacificação da antiga colónia portuguesa.

A cimeira de São Tomé, que sucede a uma outra realizada, em 1989, em Cabo Verde, é a primeira em que não estão presentes os antigos presidentes Pinto da Costa e Aristides Pereira. ■

Manuel Danda, em São Tomé

Meteorologia para PALOP com apoio mundial

PÚBLICA

QUINTA-FEIRA, 12 MARÇO 1992

PORTUGAL CONTA com apoios da Organização Meteorológica Mundial (OMM) para desenvolver a cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) na área da meteorologia. O responsável pelas relações internacionais do Instituto Nacional de Meteorologia e geofísica (INMG), Costa Alves, disse à Lusa que o secretário-geral da OMM visitou Portugal para assinar com o governo português um protocolo de cooperação, no próximo dia 21, em cerimónia inserida nas comemorações do Dia Mundial da Meteorologia (23 de Março). O protocolo significa, segundo o INMG, o reconhecimento do papel de Portugal na formação de técnicos dos PALOP, "apesar das dificuldades e limitações impostas essencialmente pela falta de meios humanos". ■

Adriano Moreira em comemoração dos 26 anos da UNITA

PÚBLICA

12 MARÇO 1992

'Portugal deve apostar na vocação humanista'

ANGOLA deverá representar, num futuro próximo, a "voz autorizada" da África subsariana no equilíbrio entre o norte e o sul do Atlântico e "uma das fronteiras de Portugal no mundo deverá passar por aí", defendeu Adriano Moreira num colóquio que assinou, anteontem, no Porto, o 26º aniversário da UNITA. Isto porque, se "para a maior parte das forças internacionais, Angola é uma questão de investimento comercial", Portugal "não tem capacidade para isso e deve investir no humanismo".

Esta seria, na opinião de Adriano Moreira, a forma de

Portugal, inserido na Comunidade Europeia, "reencontrar a sua soberania no mundo, uma soberania de serviço e não de imposição", aproveitando a "constatação" de que dos dois lados do Atlântico Sul "se fala português". E, prova desta vocação, é o papel de mediador desempenhado pelos portugueses já que, "se não era de esperar que, imediatamente, os homens que depõem as armas gerem um movimento de confiança e cooperação, menos seria de esperar que as duas organizações se virassem para o país colonizador, contra quem iniciaram a guerra".

A confiança e cooperação que terão de ser criadas entre o MPLA e a UNITA foram, de resto, um dos pontos mais focados pelos restantes intervenientes no colóquio — Manuel Agonia, Fernando Cabral, José da Silva e António Vilar. Porque, do ponto de vista empresarial ao do poder local, nada se poderá fazer sem as duas grandes forças ultrapassarem o traumatismo que constitui "para o MPLA desligar-se dos antigos privilégios e, para a UNITA, que lutou por isso durante anos, ver-se agora ao nível de organizações políticas mais recentes", conforme referiu José da Silva. ■ M.C.P.

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE MARÇO DE 1992

PALOP enviam projectos à CE

OS PAÍSES Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) vão solicitar apoio à Comunidade Europeia para a concretização de seis projectos, orçados em 30 milhões de dólares, nas áreas sociais — como a educação e saúde — na modernização da administração pública, na promoção de investimentos produtivos e um fundo bibliográfico de língua portuguesa.

A decisão foi tomada na décima cimeira dos PALOP, terça-feira, em S. Tomé e Príncipe. Foram igualmente definidos os termos de referência para um estudo global sobre a cooperação económica entre os Cinco.

Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Mo-

çambique e o país anfitrião reafirmaram o apoio a uma conferência internacional, patrocinada pelas Nações Unidas, sobre a dívida externa do Terceiro Mundo. Por outro lado, apelaram à Renascença para «se comprometer com determinação na via das negociações de modo a pôr fim à guerra e a facilitar o processo de democratização da sociedade moçambicana».

Entretanto, o PAIGC — o partido no poder na Guiné-Bissau, que enfrenta crescente contestação interna — indicou a data em que se deverão realizar as primeiras eleições multipartidárias do país: 15 de Novembro (presidenciais) e 13 de Dezembro (legislativas).

Angola Dissidência cabinda "não abala" UNITA

AS SAÍDAS dos dirigentes cabindas da UNITA poderão ser um novo "ponto preferencial de diálogo" para os problemas do enclave que garante a unidade dos comandos do movimento angolano, disse à Jamba na Jamba um dirigente da organização.

Segundo o "ministro" da Cultura da UNITA, Aluísio de Jaka Jamba, o caso pede que se abra um diálogo com os "ex-insurgentes" e general Miguel N'zau Puna e Tony da Costa Fernandes, ambos "insurgentes" do movimento guerrilheiro.

Cabinda "não pode ficar ao ar, sem qualquer milícia", disse Jaka Jamba. Não há unanimidade nas suas ideias e a frustração abrange mesmo os seus governantes. Mas a futura acção dos dois cabindas dissidentes poderá ser "uma ponte preferencial de diálogo, uma vez que o entendimento que os dois dirigentes tiveram na questão global de Angola e sobretudo da situação nacional já é muito mais ampla".

O ministro da Informação José Valentim, portador da direcção para a "pequena crise", foi mais optimista nas declarações à Jamba. Se a UNITA ganha as eleições, confirmou, "haverá sempre um entendimento com os generais dissidentes". "Se eles quiserem — disse — que o nosso ponto de vista que vai ser a maioria".

As afirmações foram feitas este fim de semana na Jamba, quartel-general da UNITA no Quando Cabanga, depois de reunião do Comité Permanente de direcção e que antecede a saída dos dois generais [...].

... que "nem toda a coisa foram sendo jogada".

N'zau Puna é herdeiro de uma das famílias que seve para os tratados de Simulambuco e Tony da Costa Fernandes tem também a sua margem de influência, disse [...].

Sobre a eventual saída dos cabindas, o dirigente da UNITA declarou que pelo lado do governo, Jaka Jamba vê que "é uma hipótese possível", mas — disse — não faz parte do seu quadro de análise da possível saída cabinda.

"Tem que haver um desfecho nacional que permita uma abordagem mais satisfatória do problema. Há certas possibilidades que ainda não foram revistas", disse, quando os acordos de paz e o princípio de formação das fronteiras colônias.

Mas, acrescentou, a situação actual não permite "relações" e "debaix" sobre a questão de Cabinda. Sobre o entendimento estratégico e interesse, acordamos em analisar na próxima reunião da Jamba lembrou que "o desfecho Angola, no seu todo, tem o lugar de conflito uma com pontes estrangeiras muito fortes".

O factor externo "não tem o seu peso por causa da riqueza estratégica que Angola envolve. Isso levanta a questão em relação à "Cubinda", disse.

"Eles já não são da UNITA, não sabem se vão juntar-se à FLEC, se fundam uma nova estrutura", disse Valentim. "Se desdramatizarem a situação, é a solução definitiva que medir as consequências". A UNITA vive um "dramatismo" estas palavras, "impõe, o moral, etc. Não há dramatismo oculto".

Para José Valentim não há hipótese de alguma UNITA-MPLA por causa de Cabinda, mesmo que o aprovaimento da guerra. "O MPLA foi pouco arrastado", disse José Valentim. "O MPLA não aceita a desistência com o vice-presidente Jeremias Domingos da UNITA, e com o presidente Jonas Savimbi. Pensou que era um monopólio dele, entrou arrematando... mas a piorar o problema".

"Preferimos a solução da UNITA, em vez de embalar com o governo", disse. A "solução" passa por novos debates com os cabindas, para "acabar o que lhes vai no coração".

"As pessoas dizem que é um problema de petróleo. Aqui, estamos a discutir em nome do petróleo. Para nós, não há abala, nenhum", disse José Valentim.

Governo de Angola apoiou deserções

Gustavo Costa em LUANDA

A APREENSÃO quanto a uma eventual adesão de Tony da Costa Fernandes e N'Zau Puna — os dois dirigentes que desertaram da UNITA — à FLEC, que chegou a ser real em Luanda, parece estar a esbater-se, à medida que se vai desenrolando o nó de toda a história. E algumas fontes garantem que o Governo tinha conhecimento de tudo 15 dias antes dos acontecimentos e terá dado cobertura à saída dos dois dissidentes.

«Embora estando isentos de apresentação de vistos de saída, os dois só poderiam sair de Luanda sob protecção do Governo» — disse em Luanda uma fonte do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Desdramatizando o caso, o Presidente Eduardo dos Santos qualificou, por sua vez, a deserção dos dois dirigentes cabindas como «assunto interno» da UNITA. O Presidente assegurou também que o Governo dará protecção a todos os elementos que se afastem da UNITA, de acordo com os preceitos constitucionais que garantem os direitos fundamentais do Homem.

Nalguns círculos admite-se que outras figuras influentes da UNITA, agora da etnia umbundo, possam vir a tomar o mesmo rumo de Tony da Costa Fernandes e N'Zau Puna, como consequência do contacto com a vida nas cidades. «É só uma questão de tempo» — assegura-se.

(Continuação de 1ª página)

Sectores moderados próximos da FLEC exprimiram todavia ao EXPRESSO o receio de que os cerca de 1.500 homens das forças armadas do movimento originários de Cabinda possam vir a contribuir para a intensificação das hostilidades no enclave, caso as abandonem na sequência das deserções de Miguel N'Zau Puna e Tony da Costa Fernandes. O abandono em massa da UNITA pelos cabindas parece ser ponto assente, só persistindo a dúvida sobre como é que, a partir de Kinshasa, as tropas fiéis a N'Zau Puna farão a sua incursão no enclave.

«Golpe» falhado

Uma explicação corre em Luanda sobre o que teria despoletado a agora evidente crise na UNITA: o seu antigo encarregado dos Assuntos do Interior teria sido traído ao montar uma conspiração para afastar Jonas Savimbi da liderança do movimento.

Mas revelando uma grande descrença no tratamento público desta questão, o Governo tem-se recusado a empolar a crise. Nos bastidores, porém, as movimentações diplomáticas não deixam dúvidas de que a está a seguir com preocupação. «Estamos receosos de que, à custa desta crise, a UNITA arranje pretextos para não cumprir os acordos de paz», disse uma fonte governamental.

Na esteira destas preocupações, não passou despercebida a passagem por Luanda do embaixador em Lisboa,

(Continua na última página)

PÚBLICO 13 MARÇO 1975

«Guerra» hertziana na UNITA

UMA AUTÊNTICA "guerra" envolvendo os responsáveis e os dissidentes da UNITA trava-se agora através da rádio, a partir de vários continentes. Um alto dirigente da UNITA, Norberto Castro, desmentiu categoricamente, numa entrevista à rádio em Bruxelas, as notícias que responsabilizavam a sua organização pela morte de dois dissidentes, Tito Chingundji e Wilson dos Santos. Logo a seguir, em declarações à BBC, retransmitidas pela rádio oficial angolana, o ex-general Miguel N'zau Puna, cuja deserção veio despoletar a polémica, veio defender-se das acusações que lhe foram feitas pela UNITA, acusando por sua vez o movimento de Savimbi de usar "a violência e a intimidação como sistema e a mentira como estratégia". Negou qualquer responsabilidade no caso dos "desaparecidos". Falando de Lausana, na Suíça, José Ndele, antigo primeiro-ministro pela UNITA do Governo Provisório angolano de 1975, acusou a UNITA de, ao levantar a questão de Cabinda, estar fazer uma manobra para "esconder uma série de crimes" e considerou "uma farsa" a atribuição das responsabilidades a Puna. A partir do Canadá, um outro dissidente, Assis Malaquias, disse à rádio angolana que "a comunidade internacional está preparada" para pressionar a UNITA a propósito das alegadas perseguições internas e "desaparecimentos".

... em Luanda

MPLA, UNITA e FNLA, as três formações políticas angolanas consideradas tradicionais por terem feito a luta de libertação e subscreto os acordos de Alvor, tiveram ontem o seu primeiro teste eleitoral. As três realizaram comícios em Luanda, por motivos diversos, deixando no ar um certo perfume de pré-campanha para o escrutínio marcado para finais de Setembro.

O MPLA estava como "peixe na água" já que Luanda é, indiscutivelmente, o seu principal ponto de influência. Por isso, não constituiu surpresa que no pavilhão desportivo escolhido para a reunião da "família MPLA" fossem mais as pessoas que os 12 mil lugares do recinto. Ali podiam-se ver muitas caras há bastante tempo afastadas das lides políticas. A "família MPLA", um movimento que visa juntar todos aqueles que foram sendo afastados ao longo dos anos do partido no poder (e de os integrantes da Revolta do Leste aos do movimento de Maio de 77) está a funcionar em pleno.

A UNITA escolheu um dos bairros populares de Luanda para o seu comício, no qual participaram cerca de 5 mil pessoas. Mas se em vez de Mango Alicerces, secretário-geral, o orador tivesse sido Jonas Savimbi por certo que a afluência seria maior. A UNITA reuniu-se para assinalar os 26 anos de luta, desde que a 13 de Março de 1966, nas matas do Muanguau, no Leste de Angola, pegou em armas contra o colonialismo português.

O motivo era forte para a UNITA, mas o momento não é o melhor para a organização de um comício do abandono de dois dos principais dirigentes, Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes, e com a forte pressão da opinião pública nacional e internacional para saber do paradeiro de Tito Chingunji e Wilson dos Santos. Mango Alicerces optou por "ignorar" qualquer destes assuntos.

Finalmente, o comício da FNLA, presidido pelo seu líder, Holden Roberto, e que pretendia assinalar o aniversário do início da luta armada no norte de Angola, a 15 de Março de 1961, realizou-se no chamado campo da Revolução, junto ao maior mercado paralelo de Angola, o "Roque Santeiro". Mais de cinco mil pessoas pode ser considerada uma boa média para a FNLA. O facto de se ter afastado do xadrez político nos últimos 15 anos penalizou em muito esta organização que tem na região Norte o seu bahuarte.

Longe da agitação que se adivinha para depois de Junho, os principais partidos angolanos ensaiam os primeiros passos para uma campanha que se prevê agitada e talvez mesmo violenta. ■

Vitor Silva, em Luanda

PÚBLICO
15 MARÇO 1982

PÚBLICO
15 MARÇO 1982

Jonas Savimbi

Muitos o viam a descer nas últimas semanas pelas visíveis dificuldades políticas da UNITA. Mas a polémica levantada pela dissidência de dois dos seus "ministros" suscitou imediatamente uma pergunta terrível para Savimbi: onde estão os "desaparecidos" na UNITA? A não haver resposta, o preço a pagar será pesado.

PÚBLICO
16 MARÇO 1982

MARROCOS ESTUDA COOPERAÇÃO COM ANGOLA — Marrocos está a encetar uma cooperação económica e técnica com Angola e Portugal depois das eleições angolanas, disse ontem o ministro marroquino do Comércio Externo, Hassan Abouyoub. O ministro adiantou que estão já a ser preparados alguns "dossiers", visando as áreas da agricultura, pescas, têxteis e barragens, envolvendo angolanos, portugueses e marroquinos. Abouyoub acrescentou que os "dossiers" contam com o apoio do rei Hassan II, de Jonas Savimbi e de empresários portugueses. ■

PÚBLICO
16 MARÇO 1982

DUAS RODAS EM ANGOLA

"Se fôssemos responder às encomendas que recebemos de Angola, tínhamos que construir outra fábrica e produzir só para eles." Senos da Fonseca, director da Famel, dá conta da grande procura destes veículos naquele país. Só que, como não há garantias de que o envio dos veículos tenha como contrapartida o dinheiro, o negócio corre mais devagar e as empresas portuguesas só exportaram 80 mil contos de pequenas motos (de 50 centímetros cúbicos) e peças durante o ano passado.

Os empresários portugueses não deixam de estar atentos a esta situação e ainda no mês passado organizaram uma visita a Angola para estudar as oportunidades que se lhes deparam. Macal e Famel (de motorizadas), Conferril e Sirla (de bicicletas) e seis empresas de produção de peças aderiram a uma viagem organizada pela associação do sector, a Abimota. Durante a semana que ali permaneceram, cumpriram o ritual dos gabinetes: foram recebidos no Ministério da Indústria, na Secretaria do Conselho de Ministros, na Direcção das Alfândegas, no Gabinete do Redimensionamento Industrial, na Associação Industrial de Angola, na Câmara de Comércio e Indústria de Angola, no nosso ICEP e ainda noutras entidades.

De concreto, João Paulo Anjos, secretário-geral da Abimota, diz ao PÚBLICO existem "boas possibilidades" de os portugueses se instalarem industrialmente no país, apesar de existir uma fábrica — a Fabimot, com 350 trabalhadores — a produzir motos e peças.

"Podemos pensar, dentro de algum tempo, em instalar lá uma fábrica. É necessário produzir lá alguma coisa para que as pessoas tenham dinheiro e depois comprem", diz Senos da Fonseca, da Famel, com a intenção de contrariar a ideia de ter em Angola apenas uma unidade de montagem de veículos com peças exportadas a partir de Portugal. "Há peças cujo custo de transporte daqui para lá é tão alto que não justificam a sua produção em Portugal. Talvez só as de maior tecnologia, como os motores, devam continuar a ser fabricadas aqui." A Casal, por seu lado, possui a Casal Angola, que prevê ser possível reactivar, embora não a curto prazo, segundo Barros Vale. Por outro lado, concorrência aos portugueses é coisa que não parece faltar, partindo principalmente dos indianos e dos japoneses.

Dois ideias parecem seguras sobre aquele mercado: há uma grande apetência pelas motos cromadas (já fora de moda na Europa) e pelos triciclos de carga — capazes de transportar pequenas mercadorias nas cidades. Outro factor que joga a favor destes veículos é a geografia das cidades daquele país africano, geralmente em planaltos. O clima — com ausência de invernas desaconselhadoras do uso dos veículos de duas rodas — também é bom. A estas circunstâncias juntam-se razões óbvias: transportes públicos deficientes, combustível barato e automóveis demasiado caros para o nível de rendimento dos trabalhadores. A situação mais barata é dizer que se o comprador de um veículo não quiser pagar o preço de um carro, pode comprar um D.D.

Investimento de um milhão de contos Silva Vieira associa-se a governante angolano

SILVA VIEIRA, armador da Galinha da Nazaré e "patrão" do futebol do Beira-Mar, associou-se recentemente a Pedro Rodrigues, membro do Governo da República Popular de Angola, para a constituição da empresa Pescas de Angola, Lda. A nova sociedade, detida em 75 por cento por Silva Vieira e em 25 por cento por Pedro Rodrigues, dedicará-se à pesca e transformação de peixe.

Com vista ao início de laboração, o empresário português deslocou-se há algumas semanas àquele país africano para ultimar a compra de instalações fabris, equipadas com frigoríficos, no Lobito. O arranque da empresa — que deverá empregar 150 pessoas, entre as quais 85 portugueses ligados ao grupo de Silva Vieira — implicou investimentos de um milhão de contos.

A unidade "já está a trabalhar", disse Silva Vieira ao PÚBLICO, prevendo-se que "na primeira fase" a facturação atinja os 2,5 milhões de contos por ano, assegurada através da exportação de 75 por cento da produção "para Portugal e para

outros países europeus", destinando-se a restante ao mercado angolano. Para garantir o abastecimento da fábrica com o peixe necessário à laboração (sobretudo marisco e "peixe seleccionado"), o armador português fará deslocar três barcos de 80 metros para Angola — um arrastão congelador (Cidade de Aveiro), um arrastão lateral refrigerador (César Vieira) e um "long-liner" automático (Joaquim Vieira). Para além destes barcos de grande porte — dois dos quais chegarão à África dentro de um mês —, Silva Vieira tenciona fazer chegar a Angola várias embarcações de oito metros destinadas à pesca costeira artesanal. Estes barcos destinam-se a pescadores angolanos, que os pagarão através da entrega do produto da sua faina.

Embora considere que em Angola "está tudo por fazer" e que "as oportunidades de negócio abundam", Silva Vieira afirma que nos tempos mais próximos não tenciona canalizar mais capitais para aquele ou para outro país dos PALOP. ■

Carlos Romero

Nzau Puna rompe o silêncio

Vitor Silva,
em Luanda

Depois de ter sido ligada à questão de Cabinda, a dissidência de dirigentes da UNITA suscita agora acusações contra Savimbi. Nzau Puna rompeu o silêncio.

O "caso" da dissidência de dois dos mais altos dirigentes da UNITA, Miguel Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes, conheceu ontem novos desenvolvimentos, que parecem traduzir a existência de graves tensões no movimento de Jonas Savimbi.

Nzau Puna rompeu o silêncio e, em declarações à "Voz da América", atribuiu a sua atitude à falta de democracia interna e à não adaptação da UNITA à nova vivência democrática em Angola. Por outro lado, o "Jornal de Angola" anunciou que outros dissidentes da UNITA teriam sido mortos na Jamba.

Ao atribuir o seu acto à falta de democracia interna, Nzau Puna desmente o teor do primeiro comunicado da Comissão Política da UNITA que apontava a questão de Cabinda razão da "dispensa" daqueles dirigentes.

A direcção da UNITA replicou entretanto com novo comunicado, em que, continuando a referir a "preocupação dos senhores Miguel Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes sobre Cabinda", dá a entender que Nzau Puna estaria envolvido em

irregularidades. Segundo o comunicado, a direcção da UNITA decidiu instaurar um inquérito "tendo em conta algumas preocupações das populações e dos quadros das antigas terras livres de Angola sob a direcção de Nzau Puna como ministro do Interior e da Ordem Pública", cujos resultados "poderiam revelar o seu envolvimento em várias irregularidades".

Entre as "irregularidades" contam-se a "não satisfação atempada de libertação dos presos e o uso de uma linguagem abusiva", facto que "precipitou a saída de Nzau Puna, pois, a comissão poderia revelar a sua directa responsabilidade", diz o comunicado, que sublinha ainda ter sido Nzau Puna o último dirigente da UNITA a instalar-se em Luanda.

Observadores chamam a atenção para a mudança de linguagem entre os dois comunicados da UNITA, nomeadamente no tratamento dos dissidentes — antes "camaradas" e "generais", agora "senhores". Por outro lado, o comunicado volta a dramatizar a questão da paz, apelando aos países observadores (Portugal, EUA e Rússia) "para um maior empenhamento" no cumprimento dos acordos de paz e na realização das eleições de Setembro.

O caso Wilson dos Santos

Vieram entretanto a público outras informações sobre alegadas violações dos direitos huma-

JOEL NUNES



Dores de cabeça para Savimbi

nos nas zonas controladas pelo movimento de Savimbi. O "Jornal de Angola" denunciava na sua edição de ontem que Tito Chingunji e Wilson dos Santos e sua esposa (irmã de Tito) teriam sido mortos na Jamba, na sequência da sua antiga dissidência.

Jorge Valentim, secretário da UNITA para a Informação, confrontado pela TSF com esta questão, respondeu evasivamente e endereçou o assunto para o agora dissidente Miguel Nzau Puna. "Ele é que poderá responder melhor a essa pergunta", disse, aumentando as suspeitas de que aqueles dois antigos dirigentes da organização teriam efectivamente sido mortos.

No último fim de semana, quando da visita à Jamba de um grupo de jornalistas que insistia em se encontrar com Tito Chingunji, o mesmo Jorge Valentim respondeu laconicamente que "Chingunji não foi o único que fez resistência".

O "Jornal de Angola" cita

fontes próximas de Nzau Puna e Tony Fernandes como tendo garantido a execução de pelo menos um destes dois elementos (Tito e Wilson), bem como da esposa do antigo delegado da UNITA em Portugal que teria tido o cuidado de tratar Savimbi de "assassino".

O facto é que Nzau Puna afirmou que tanto ele como Tony Fernandes não pretendem "ser cúmplices daquilo que vai acontecer", afirmação que os observadores em Luanda consideram da maior gravidade, por nela verem uma alusão ao risco de ser posto em causa o processo de paz.

O PUBLICO conseguiu saber, a partir de Luanda, que tanto Tony Fernandes como Nzau Puna se têm recusado a falar para a comunicação social

portuguesa para não se tomarem responsáveis pela alteração da situação de paz, uma vez que - dizem as mesmas fontes - teriam chegado ao Ministério português dos Negócios Estrangeiros faxes e teléxos ameaçando que disso poderia resultar o rompimento dos acordos de paz e o regresso da situação pós-Alvor.

Em Luanda, o Presidente Eduardo dos Santos disse que o Estado angolano vai garantir a protecção dos cidadãos que, por razões próprias, se têm afastado da UNITA ou de outras organizações e que não acredita que a crise interna na organização de Savimbi venha a ter repercussões no processo de paz, devendo ser discutida no quadro interno da UNITA.

O MPLA assumiu uma posição mais agressiva, acusando a UNITA de tentar desviar a atenção da opinião pública para uma "questão nacional" (a de Cabinda) e de colocar em perigo o processo de paz com as suas "manobras macabras".

"Traidores" por Cabinda

O REPRESENTANTE da UNITA em Bruxelas, Alcides Sakala, afirmou que os generais Miguel Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes abandonaram o movimento para se dedicarem à independência de Cabinda. Sakala considerou que os dois altos dirigentes podem ser considerados "traidores", já que a posição da UNITA quanto ao futuro de Cabinda nunca foi favorável à independência, mas sim à concessão de um estatuto autonómico especial. Ainda segundo a Lusa, rumores não confirmados indicam que Costa Fernandes e Nzau Puna, ambos de etnia cabinda, teriam abandonado a UNITA para integrar as fileiras da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), supondo-se que se encontram ambos refugiados em parte incerta de Portugal.

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE MARÇO DE 1992

Dissidentes da UNITA escrevem a D. Nascimento

NZAU Puna e Tony da Costa Fernandes, os dois altos dirigentes da UNITA que desertaram da organização no fim de Fevereiro e se encontram refugiados em Portugal, escreveram esta semana ao cardeal de Luanda, D. Alexandre do Nascimento, explicando que o seu abandono se devia a "razões de consciência" por não poderem pactuar com certos actos praticados pela liderança de Jonas Savimbi. Segundo revelou uma fonte próxima dos fugitivos, na mesma missiva ambos prometem deslocar-se mais tarde a Luanda para se justificarem de viva voz. Entretanto, as autoridades de Lisboa deverão fornecer a Puna um passaporte português para facilitar as deslocações ao estrangeiro (documento que Fernandes já possuía antes da deserção). Ao longo da semana, estiveram em Portugal, para contactar com os refugiados, enviados dos governos de Angola, da África do Sul e dos EUA. Aguarda-se que, quando falarem em público, Puna e Fernandes façam acusações a Savimbi sobre o modo violento como certos dirigentes e os seus familiares terão sido eliminados na Jamba. Entre as pessoas que terão desaparecido desse modo conta-se a mulher de Puna, em 1983.

Técnicos cabo-verdianos associam-se

OS QUADROS técnicos cabo-verdianos residentes em Portugal deverão constituir depois de amanhã uma associação sócio-profissional para contribuir para o desenvolvimento do seu país de origem através de acções de cooperação e apoiar as comunidades de imigrantes, apurou o PÚBLICO junto do embaixador daquele país em Lisboa, Eugénio Inocêncio.

A constituição da Otec (Organização de Quadros Técnicos Caboverdianos) deverá seguir-se a formalização de uma associação de empresários e de uma federação das mais de vinte estruturas de caboverdianos aqui residentes.

A Otec surge no âmbito de um largo processo associativo no seio da comunidade imigrante de Cabo Verde, pouco depois da criação de uma Organização Médica Caboverdiana, que congrega neste momento cerca de meia centena de médicos, mas que pretende reunir as duas ou três centenas de caboverdianos que trabalham nesta área. Esta associação pretende também ajudar nos problemas de saúde da comunidade, considerado pelo embaixador como uma das maiores dificuldades dos caboverdianos residentes em Portugal.

A proliferação de associações cívicas, profissionais e culturais de caboverdianos em Portugal reflecte, na opinião do próprio Eugénio Inocêncio, o "sucesso" do trabalho da Embaixada e do novo Governo de Cabo Verde, opinião partilhada pela associação.

A esta ideia não será estranho o processo de legalização extraordinária dos imigrantes clandestinos que tem vindo a ser accionado. Há duas semanas, o Governo aprovou uma proposta de lei neste sentido e que será debatida no dia 19 no Parlamento — curiosamente, no mesmo dia em que a AR procede à ratificação dos Acordos de Schengen, que estabelecem novas regras sobre a circulação de estrangeiros na CE.

A proposta governamental, que exige a apresentação de uma prova de rendimentos próprios e a existência de uma actividade profissional remunerada, é considerada pelo embaixador "mais favorável" que a anterior quadro legislativo.

"Vamos apoiar" os caboverdianos na apresentação das provas, afirma o diplomata, que confessa esperar das autoridades portuguesas uma atitude de "boa vontade". "Tendo em conta que a esmagadora maioria dos caboverdianos em Portugal é gente que trabalha, que é útil e indispensável à estrutura social portuguesa, o interesse pela regularização da situação é recíproco", conclui o embaixador. ■ A.M.

Deputado guineense na bancada do PS

A PRETEXTO do Dia Internacional da Mulher, comemorado na terça-feira passada na Assembleia da República, a deputada Margarida Silva Pereira apontou Antígona como a protagonista da «ideia mais forte do pensamento político ocidental», ou seja, a de o ser humano ter a capacidade de criar as regras sociais e jurídicas e também as regras opostas que fazem avançar as sociedades democráticas.

A vice-presidente da bancada social-democrata alinhou, ainda, as portuguesas Laura Ayres e Eliana Guimarães na galeria de heroínas onde já colocara aquela personagem de Sófocles. Laura Ayres foi elogiada como exemplo de «serenidade, determinação e autoridade» na estratégia de combate à Sida. O trabalho científico e o combate político de Eliana Guimarães terão inspirado, segundo a jovem deputada do PSD, a tradução no Código Civil do princípio constitucional da igualdade entre o homem e a mulher.

GUINÉ-MUITA EMBALXADOR EM LISBOA
— A Guiné-Bissau vai substituir "dentro de dias" o seu embaixador em Lisboa, informou ontem a Lusa. Hugo Borges será substituído por Adelino Mianu-Queta, neste momento embaixador em Lagos. Outros que apresentaram candidaturas em Lisboa em Abril de 87, não tem ainda colocação.

Organização judiciária discutida na Guiné-Bissau

A NECESSIDADE de se criarem sistemas de fiscalização de constitucionalidade e de assegurar a independência do poder judicial foram as principais conclusões saídas do seminário sobre organização judiciária, realizado esta semana em Bissau. A necessidade de uma lei orgânica dos tribunais e de um estatuto da magistratura judicial e do Ministério Público foi também apontada pelos participantes. Recorreu-se até agora, concordam os participantes, a "soluções de ocasião" na administração da justiça guineense, designadamente quanto à falta de garantia formal de independência da magistratura judicial face ao processo de nomeação. Constitucionalmente, continua a pertencer ao presidente do Conselho de Estado essa prerrogativa. O seminário foi organizado pelo Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas (CEARL) da Faculdade de Direito de Bissau, produto da cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau, através da Faculdade de Direito de Lisboa. ■

Cabo Verde

Mais direitos para os cidadãos

João Vicente Lopes
na Cidade da Praia

Depois de uma transição política relativamente calma, em que se substituiu o sistema de partido único pelo multipartidarismo, Cabo Verde debate agora a futura Constituição. O projecto do partido governamental reforça os direitos dos cidadãos e os poderes do Parlamento e do primeiro-ministro.

O primeiro-ministro Carlos Veiga apresentou ontem à noite, na cidade da Praia, o anteprojecto de lei constitucional do Movimento para a Democracia. Até aqui, a polémica à volta dos poderes presidenciais, suscitada há um mês pelo

próprio chefe de Estado, António Mascarenhas Monteiro, tem praticamente dominado o debate político à volta da futura Constituição. Com a divulgação do anteprojecto do MPD, prevê-se que o leque de assuntos em disputa venha a aumentar substancialmente.

O documento, a que o PÚBLICO teve acesso, contém 339 artigos e prevê a criação de quatro novos órgãos do Estado: o Conselho da República, o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Superior de Magistratura e o Conselho Para Assuntos Regionais, tendo este como função a emissão de pareceres "sobre todos os assuntos de relevante interesse para o desenvolvimento regional".

O documento contém várias outras novidades, principalmente no capítulo dos direitos e deveres dos cidadãos, englobando no todo 60 artigos. Para além de passarem a poder processar judicialmente o Estado, com direito a indemnização, "é reconhecido a todos os cidadãos o direito de reunir e qualquer ordem que ofenda os seus direitos, liberdades e garantias

e de repelir pela força qualquer agressão ilícita, quando não seja possível recorrer à autoridade pública".

De igual modo, a próxima Constituição deverá reconhecer a objeção de consciência, dando neste caso a possibilidade de substituir o serviço militar obrigatório pelo "serviço cívico obrigatório". A pena de morte, o prisão perpétua, a tortura ou tratamentos degradantes continuam, à semelhança da Constituição em vigor (aprovada em 1978), proibidos.

Parlamento e Governo mais fortes

Por outro lado, com excepção de certos direitos políticos e deveres reservados aos cidadãos nacionais, os estrangeiros e os apátridas poderão a ter garantias idênticas às dos caboverdianos. E, sem base na reciprocidade, o mesmo deverá acontecer aos cidadãos dos países de língua oficial portuguesa, estando-lhes, contudo, vedada a eleição para os órgãos de soberania, o serviço militar e a car-

reira diplomática.

De acordo com o anteprojecto, o Estado de Cabo Verde assume-se como laico, sendo as Igrejas "consideradas parceiras no processo de desenvolvimento social e espiritual do povo caboverdiano", ficando igualmente garantida "a liberdade de ensino religioso no âmbito da respectiva confissão".

Ainda no domínio social, será salvaguardado o direito à greve e proibido o "lock-out". E, no campo político, os partidos são obrigados a respeitar várias preceitos, entre os quais a independência nacional e não podem ser republicas ou adoptar denominações religiosas.

No domínio da organização do Estado, é salvaguardada a divisão entre os poderes legislativo, executivo e judicial, cabendo, porém, maior preponderância ao primeiro. Ainda neste âmbito, apesar do Presidente da República ver os seus poderes quantitativamente aumentados, confirma-se a diminuição das suas prerrogativas em relação ao Parlamento e ao Governo.

Assim, em caso algum po-

derá dissolver a Assembleia Nacional ou depôr o Governo sem a anuência do primeiro-ministro. Terá também de ouvir aqueles dois órgãos para a declaração do estado de guerra ou de emergência. O chefe de Estado poderá, contudo, vetar decisões do Executivo ou do Parlamento devolvendo-as para nova apreciação.

O anteprojecto do MPD prevê ainda recurso pontual ao referendo. Este mecanismo será obrigatório para decidir sobre a participação de Cabo Verde em conflitos armados no exterior ou em organizações "de carácter supranacional, de segurança colectiva ou militar", ou ainda sobre a instalação de bases militares estrangeiras no país.

No campo económico, "o Estado garante as condições da realização da democracia económica" e assume-se "como estimulador da iniciativa dos cidadãos, promotor de empresas e de empreendimentos e facilitador e viabilizador do desenvolvimento socio-económico", abdicando "de quaisquer práticas estatizantes de economia".

Embora não haja ainda uma decisão sobre os assuntos, presume-se que será na próxima sessão parlamentar ordinária, após o voto está previsto para 15 de Maio, que os deputados irão aprovar a nova Constituição. O PAICV, da oposição, que teve insistentemente conhecimento antecipado do anteprojecto do MPD, defende que uma sessão extraordinária seria mais dignidade ao assunto.

Este e outros temas deverão ser tratados extensamente durante o encontro entre uma delegação do PAICV e o Governo, a pedido do primeiro-ministro. Ao que tudo indica, este não foi o único contacto de Carlos Veiga nestes dias, já que é procriação do seu partido que a nova Constituição seja larga mente consensual.

O PAICV, que possui apenas 26 deputados, cabendo os demais 53 ao MPD, pretende divulgar, em meados do próximo mês, o seu anteprojecto. Segundo uma fonte do partido, o PAICV irá propor, entre outras coisas, a criação de um Tribunal Constitucional e um Conselho Económico Social. ■

Perspectivas e recursos para

EXPRESSION, SÁBADO 14 DE MARÇO DE 1992

Moçambique

Marco A. M. D'Oliveira*

NUNCA é demais insistir nos problemas africanos, na medida em que as preocupações mundiais estão cada vez mais orientadas para outros continentes e os grandes fluxos financeiros acompanham aquelas preocupações.

A África, pela sua progressiva desertificação, degradação de infra-estruturas e deficiência de recursos humanos, tende a ser uma área de investimentos menos rentáveis e, por falta de informação, oferece maior risco. Torna-se, assim, pouco a pouco um continente esquecido.

Tendo frequentado assiduamente Moçambique, desde 1986, como consultor da ONUDI, tive ocasião de elaborar um programa de reabilitação industrial que mereceu a aprovação do ministro da Indústria e Energia de Moçambique.

Tendo sido igualmente consultor daquela Agência da ONU para a Segunda Década da industrialização da África, fui o responsável pelo Programa Nacional de Moçambique, apresentado em Kampala em Março de 1991.

Estou em total concordância com as expectativas de desenvolvimento acelerado de Moçambique, nos anos que se seguirem ao fim da guerra, bem como quanto ao pouco efeito que esse desenvolvimento terá sobre o rendimento «per capita», certamente devorado por uma forte expansão demográfica.

É previsível e desejável que com o fim da guerra se verifique uma acentuada queda da mortalidade infantil e bem assim um justo prolongamento da esperança de vida dos moçambicanos.

No entanto, a explosão demográfica esgotar-se-á com os factores que lhe proporcionaram o ímpeto inicial, e uma política de planeamento familiar poderá ajudar a conter o crescimento da população dentro de limites que permitam uma sensível melhoria da qualidade de vida. No programa de reabilitação do seu sistema produtivo, as autoridades moçambicanas escolheram e conseguiram que fosse aceite internacionalmente uma trajectória pouco habitual em países do chamado «Terceiro Mundo», com forte endividamento ao exterior.

De facto, enquanto a maioria daqueles países é encaminhada para o reforço do sector exportador, em ordem a satisfazer os credores internacionais, Moçambique conseguiu ver aceite a sua necessidade de abastecer prioritariamente o mercado interno.

Assim, os recursos próprios do país serão orientados para a produção de bens indispensáveis à sobrevivência da população, enquanto o desenvolvimento do sector exportador deverá ser o resultado dos investimentos estrangeiros.

No entanto, esta opção política, para sua plena concretização, necessita da confiança e credibilidade externas, que tem como condição básica a pacificação do país. Mas ganhar a confiança reduzindo o risco dos investidores para níveis aceitáveis exige também autoridades administrativas eficazes, com boa formação técnica, e grande empenho no serviço público.

Fuga de cérebros

Infelizmente a África, ao empobrecer-se, também sofreu a habitual fuga de cérebros, que se fez sentir com especial acuidade na Administração pública, limitada nos seus níveis de remuneração pela pequenez dos Orçamentos do Estado.

Moçambique não podia ficar imune a este processo, e o abandono de altas funções administrativas pelos quadros mais qualificados é uma tendência que tem vindo a acentuar-se. Para compensar a crescente debilidade de recursos humanos, tem-se recorrido frequentemente à cooperação externa, mas os peritos internacionais tendem a utilizar soluções padronizadas e uniformes, sem ter em conta as especificações nacionais que aliás desconhecem.

Portugal enfrentou várias vezes esta situação e todas as grandes reformas administrativas da nossa História assentaram na mobilização de estrangeirados, que regressaram com novas ideias, e enorme entusiasmo na modernização do país, que tinham abandonado quando o julgavam irrecuperável.

Também Moçambique tem do estrangeiro um valioso grupo de «expatriados», que serão certamente capazes de conjugar as tradições nacionais com a modernização do país.

A mobilização destes colaboradores, que poderá ser feita, como quaisquer outros cooperantes, através dos organismos internacionais, imprimirá qualidade técnica aos processos administrativos, sem perda das características nacionais, que eles próprios estarão interessados em preservar.

Estes moçambicanos do exterior serão o melhor enquadramento para uma população

activa, habituada ao confronto de culturas, tradicionalmente aberta à inovação e que nos centros urbanos do litoral tem uma longa experiência cosmopolita.

Enquanto decorre o processo de reinstalação da população e de reagrupamento e reconstituição das unidades familiares, actualmente dispersas pelos campos de refugiados, será possível reconstruir e reabilitar as escolas e centros de saúde, que nos últimos anos têm sido sistematicamente destruídos, e serão a melhor garantia de continuidade do processo de valorização do capital humano.

Apesar dos limitados efeitos socioeconómicos que resultarão dos primeiros anos de reconstrução do país, eles serão decisivos na reactivação do sistema produtivo. É previsível um aumento significativo da produção nacional, com o fim da guerra e o aumento da produção em todo o país, até agora sujeito a uma devastação sistemática.

Na situação actual, o sector agrícola está quase inoperacional, pelos constantes ataques às grandes explorações e pelos frequentes roubos e assassinatos nas unidades familiares.

Sem segurança nem transportes assegurados, a actividade agrícola quase se restringe aos hortofrutícolas, nas chamadas «cinturas verdes» do Maputo e da Beira.

A actividade pecuária, perdidas as grandes manadas do centro e norte do país, limita-se à avicultura e suinicultura, na periferia daquelas cidades. A agro-indústria, as indústrias florestais e as extractivas estão praticamente paralisadas, por impossibilidade de acesso às matérias-primas.

A indústria transformadora, que talvez tenha chegado a dispor do segundo parque industrial da África sub-sahariana, logo a seguir à União Sul-Africana, não produzindo bens intermédios que sempre importou, vê-se confinada a recuperar toda a espécie de sucata e de desperdícios, que vai reciclando aos limites do possível. E mesmo este modesto trabalho tem de aguardar que haja energia eléctrica, sujeita a cortes frequentes e a prolongadas interrupções.

A prestação de serviços, especialmente nos transportes e turismo, que chegou a ser 1/3 do produto nacional bruto, já entrou em recuperação no fim da última década, na sequência da reconsideração dos interesses e objectivos sul-africanos, mas a degradação das infra-estruturas e a continuada insegurança não permitiram até

agora uma evolução apreciável.

Tendo os níveis de produção descido para valores extremamente reduzidos, a recuperação, nos anos que se seguirem à guerra, poderá atingir elevadas taxas de crescimento económico.

Será relativamente fácil conseguir apoios internacionais para a reconstrução das principais infra-estruturas, uma vez garantida a pacificação do país. Elas são de grande importância para a sub-região e os países limítrofes são os primeiros interessados no seu funcionamento eficiente.

Atrair investidores

Também as grandes empresas dos sectores agrícolas, florestal, ou extractivo encontrarão investidores estrangeiros interessados, que, provavelmente, já estarão a seguir atentamente a evolução da situação política, em ordem a aproveitar as primeiras oportunidades.

Um país com 786.000 km², com 19% da sua área apta para a agricultura e 25% com vocação florestal, com possibilidades de irrigar 2 milhões de hectares de terra arável, e com níveis de ocupação actual que mal chegam a 0,6% do regadio e 1/7 das potencialidades agrícolas, é uma oportunidade sedutora para qualquer empresário agrícola.

Os sectores da pasta papel e dos aglomerados de madeira estão estudados e a sua evolução programada. Apenas as dificuldades nos transportes e comunicações impedem o seu arranque e expansão.

Já os sectores de carpintaria, mercenaria e mobiliário têm evoluído de forma muito positiva e, apesar da falta de ferragens, colas, tintas e lacas, o trabalho produzido tem razoável capacidade técnico-artística, nomeadamente em embutidos e talha.

Os sectores têxtil e de materiais de construção, por falta de matérias-primas, mantêm níveis bastante baixos de utilização da capacidade instalada.

Os sectores metalúrgico, mecânico e eléctrico, não dispondo dos bens intermédios necessários às fabricações que já se fizeram no país, têm-se concentrado na reparação de equipamentos, prolongando a longevidade das máquinas bem para além da sua previsível vida útil.

Embora o retorno da actividade se tenha de fazer, em grande parte, com os recursos próprios, reparando equipamentos obsoletos, ou infra-es-

estruturas totalmente degradadas, estas soluções, ainda que precárias, são indispensáveis ao reagrupamento e mobilização da população, actualmente dispersa, desmotivada, ou refugiada em zonas de menor insegurança.

Garantido o retorno e enquadramento da população activa e um aumento quantitativo significativo do produto nacional, poderá passar-se a uma segunda fase, que já deverá contemplar a reposição de equipamentos produtivos.

Para que um progresso sustentado se verifique e se atinga o «take-off» do desenvolvimento, será necessário atrair a Moçambique os investidores internacionais, com o seu «know-how» tecnológico, o seu conhecimento de mercados, a sua experiência de gestão, e necessariamente, mas não prioritariamente, alguns recursos financeiros.

Será oportuno sublinhar neste ponto que se Moçambique depende da ajuda internacional, o desenvolvimento da África austral também depende de Moçambique.

Não são apenas os recursos naturais, quer de solo quer de subsolo, que poderão constituir um óptimo negócio para quem aí investir. A utilização das estradas, dos caminhos-de-ferro e dos portos do país reduzirá substancialmente os custos de transporte das mercadorias movimentadas pelas seis nações circundantes e provavelmente outras mais distantes, que, embora dispondo de vias alternativas, poderão sempre optar pelas vias moçambicanas, melhorando a fiabilidade do sistema.

A par das vias de comunicação, o potencial energético que Moçambique poderá disponibilizar, a preços muito reduzidos e em quantidade praticamente inesgotável, será factor produtivo de enorme benefício para a competitividade das actividades económicas da região.

Será oportuno referir, ainda que resumidamente, as conclusões do relatório da participação de Moçambique na segunda década da industrialização da África (1991-2000):

— A mais útil colaboração de Moçambique no desenvolvimento da sub-região da África austral, será no domínio dos transportes, Comunicações e Energia;

— Moçambique está decididamente empenhado em manter operacionais os cinco corredores de tráfego internacional — Nacala-Interlagos (Malawi); Beira-Machipande (Zimbawe); Maputo-Chicualacuala (Zimbawe); Maputo-Ressano Garcia (África do Sul); Maputo-Goba (Suazilândia);

— É decisão do Governo pôr à disposição dos países vizinhos os seus recursos energéticos, nomeadamente as enormes potencialidades da Bacia do Zambeze;

— Moçambique julga o maior interesse para os países vizinhos a navegabilidade do Zambeze, com eventual prolongamento até ao lago de Niassa, através do rio Chire.

Chave do desenvolvimento

Sendo a África um continente de configuração maciça e poucas linhas de penetração, os grandes rios que atravessam Moçambique foram, ao longo dos séculos, as vias de comunicação entre as populações do litoral e as mais vigorosas realizações da civilização Bantu, que ocorreram precisamente nos vastos planaltos da África Austral.

Porta de entrada do continente, este país tem pago dolorosamente a sua posição estratégica, como campo de batalha de conflitos que lhe são estranhos. Mas a via de comunicação entre culturas, que sempre foi, poderá ser retomada numa conjuntura internacional em que se desvanecem os antagonismos.

Apesar de viver dramas inimagináveis e uma situação de sofrimento desumano, onde parece já não caber a esperança, Moçambique continua a ser uma das chaves do desenvolvimento da África. Para além dos recursos próprios que lhe permitiriam uma colaboração na valorização económica da África Austral.

**consultor da ONU e professor universitário*

Acordo sobre Moçambique

PUBLICO
14 MARÇO 1992

UM ACORDO sobre os princípios da lei eleitoral foi ontem assinado em Roma pelas delegações do Governo moçambicano e da Renamo às conversações para a paz em Moçambique, abrindo assim caminho a um acordo geral de cessar-fogo. O acordo lança as bases para eleições multipartidárias, imparciais e democráticas, fiscalizadas por observadores internacionais, e estabelece o livre acesso à imprensa, a liberdade de associação e o regresso e reinserção social dos refugiados. Uma nova ronda de conversações ficou marcada para a segunda quinzena de Abril. ■

Moçambique Banco Mundial emprestou 600 milhões

PUBLICO

SABADO, 14 MARÇO 1992

OS CRÉDITOS concedidos pelo Banco Mundial a Moçambique desde 1987 ascendem já a 600 milhões de dólares, de acordo com o representante permanente da instituição em Maputo. Tcheian, sublinhou que a média anual dos empréstimos é de 140 milhões de dólares, dos quais 70 por cento se destinam a projectos de investimento e os restantes ao apoio a programas de reabilitação económica e social.

Entre as áreas escolhidas para a aplicação de capitais em Moçambique, o Banco Mundial está a privilegiar um projecto de reabilitação urbana que inclui obras públicas, desde a recuperação de estradas e pontes à componente habitacional.

Mas, em 1991, Moçambique só utilizou cerca de 35 por cento dos 140 milhões de dólares postos à sua disposição. Segundo Joaquim Carvalho, controlador

financeiro junto do Governo do país, factores técnicos têm condicionado um melhor aproveitamento dos créditos da instituição. No final do ano em curso o seu aproveitamento poderá atingir já um grau de utilização da ordem dos 60 por cento.

Em Moçambique, o Banco Mundial está ainda a financiar projectos tendentes à criação de pequenas empresas, tendo como objectivo o surgimento de novos empregos. Essas empresas, de exploração familiar, abrangem actividades como carpintaria, alfaiataria, canalização e fabrico de alimentos de tipo «take-away».

A instituição disponibilizou para este programa três milhões de dólares, que ainda não foram minimamente aproveitados, por falta de projectos com credibilidade em termos de mercado e viabilidade financeira. ■

Sida alarma Moçambique

AS AUTORIDADES médicas de Moçambique diagnosticaram até agora 340 casos de sida no país, o que representa um crescimento rápido, tendo por base os 272 casos conhecidos em Setembro do ano passado. A rapidez da expansão da doença em Moçambique está a preocupar as autoridades médicas que, com base em cálculos de proporcionalidade, prevêem a existência, até 1995, de cem mil pessoas contagiadas. A estimativa pode ser feita por excesso mas as contas do Ministério da Saúde de Moçambique tomam em consideração os tempos de propagação nos países vizinhos e sobretudo o carácter ilusório das poucas estatísticas. Ou seja, os números assim calculados são realistas mas não científicos, o que significa uma descrença nas estatísticas disponíveis. ■

Fazendeiros portugueses mortos em Moçambique

DOIS AGRICULTORES portugueses foram mortos durante uma emboscada efectuada por presumíveis membros da Renamo, na última terça-feira, na província de Cabo Delgado, Norte de Moçambique, noticiou ontem a agência de notícias moçambicana (ADM). Segundo a agência, que cita familiares de uma das vítimas, os dois homens são Manuel Alves e José

Martins de Carvalho. Este último, com a idade de 72 anos, vivia há quarenta anos em Moçambique. Os dois foram atacados após terem deixado a capital da província, Pemba, quando regressavam de carro para as suas casas no distrito de Montepuez. Um sobrinho de Carvalho afirmou que o seu tio tinha sido várias vezes ameaçado pela Renamo. Os bandos ar-

mados que se reclamam da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) atacaram já, várias vezes, as pequenas explorações agrícolas que as duas vítimas possuíam. No último dia 5 de Março, uma religiosa portuguesa foi também morta numa emboscada atribuída à Renamo, na estrada que liga Maputo à Suazilândia, 74 quilómetros a oeste da capital. ■

De Klerk dá garantias antes do referendo

EXPRESSO, SÁBADO 14 DE MARÇO DE 1992

David Beresford
em JOANESBURGO

A CAMPANHA que antecede o «referendo branco» na África do Sul termina este fim-de-semana, no meio de grandes esperanças de uma maciça votação a favor das reformas do Presidente De Klerk mas também de receios generalizados de perturbações da ordem.

A maior parte das sondagens prevê uma votação superior a 60 por cento a favor de De Klerk, o que, a registar-se, lhe permitirá continuar as negociações para a redacção de uma Constituição não racial. Mas receia-se também que muitos eleitores interrogados nas sondagens tenham dado uma ideia errada do seu voto com o intuito de não serem considerados racistas.

Se perder, a carreira política de De Klerk poderá chegar ao fim. Mas as culpas de uma eventual derrota não lhe

(Continuação da 1ª página)

assegurado «preferivelmente através da partilha das competências do cargo por um colégio presidencial, formado pelos líderes mais importantes». Terá também de haver «representação de mais do que um partido no executivo».

Por outro lado, defende-se «a supremacia da Constituição em vez da soberania do Parlamento», sendo coloca-

podem ser assacadas, já que o Presidente dirigiu brilhantemente a sua campanha. Ao que tudo indica, a estratégia para o referendo teria sido delineada por ele e pelo seu Gabinete em Dezembro.

A chave do êxito da campanha foi a brevidade. As escassas três semanas não foram suficientes para que a oposição se organizasse. Apoiado por toda a imprensa, De Klerk bombardeou o eleitorado branco com uma guerra-relâmpago de propaganda que os adversários não tiveram hipóteses de igualar.

A brevidade foi motivo de agitação entre a extrema-direita de Terre Blanche, que alega não ter tido tempo de preparar a campanha e está a tentar recuperar os votos dos descontentes com as reformas.

Apesar de o apoio do eleitorado branco às reformas ser o objectivo prioritário de De Klerk, a verdade é que utilizou astuciosamente a campanha de uma carta de direitos fundamentais sob protecção de um poder judicial independente.

As forças de segurança serão controladas de forma profissional e imparcial. O poder local disporá de «poderes autónomos reais», o mesmo se aplicando às «unidades de gestão mais pequenas, na forma de comissões de bairro». A livre iniciativa fica protegida através «da

para reforçar a sua posição negocial perante os dirigentes políticos negros. Esta semana, por exemplo, revelou o manifesto constitucional do seu Governo, explicando ao eleitorado branco quais serão as exigências mínimas que apresentará à maioria negra nas futuras negociações. Os comentadores salientaram o facto de o «manifesto» ser também um conjunto de condições prévias que os dirigentes negros terão de aceitar para que as negociações possam prosseguir. O ANC e as outras organizações negras não poderão fugir à aceitação destas condições prévias devido à relutância que manifestaram em criticá-las numa fase tão crítica da campanha referendária.

Entre outras promessas, o manifesto assegura aos brancos que os poderes dos futuros presidentes será limitado para garantir que o país não corra o risco de vir a ter um «ditador negro». Tal será

(Continua na última página)

inserção dos elementos-chave de uma economia de mercado».

A propriedade privada será salvaguardada. Finalmente, será introduzido na Constituição o «direito dos pais controlarem as escolas dos filhos». Também é garantido aos brancos que o Partido Nacionalista continuará a defender os direitos de língua, a liberdade de religião e «frequentes eleições multipartidárias».

Renamo e Maputo assinam acordo eleitoral Público 13 Março 1992.

O GOVERNO de Moçambique e a Renamo assinaram ontem, em Roma, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, um acordo sobre a organização das eleições no país, considerado um importante passo para o fim da guerra civil que dura há 16 anos.

No momento em que as delegações celebravam com champagne, o arcebispo da Beira, Jaime Gonçalves, um dos mediadores, disse aos jornalistas tratar-se de «um grande momento no processo de paz». O acordo é o terceiro protocolo assinado desde que se iniciou, em Julho de 1990, a última etapa das conversações directas mediadas pelo Governo italiano e a Igreja católica.

Os protocolos anteriores trataram os princípios políticos básicos e do estatuto dos partidos depois de um cessar-fogo.

Os mediadores admitem, com algumas reservas, que um tratado de paz final possa ser concluído antes do final do ano, mas reconheceram que, a propósito dos restantes «dossiers», nomeadamente sobre a Constituição e o cessar-fogo, Governo e Renamo ainda estão muito afastados. Esta ideia foi enunciada, no fidas negociações de ontem, por Mario Raffaelli, o mediador italiano.

O porta-voz do movimento

rebelde, Raul Domingos, disse à agência Reuter pensar que o diálogo «vai bem. As coisas estão a andar finalmente. Mas o facto de do acordo de hoje [ontem] ter levado dois meses a vingar mostra apenas como são grandes as diferenças entre nós».

Ao contrário dos mediadores, Armando Guebuza, chefe dos negociadores do Maputo, recusou avançar com uma previsão da data de assinatura do acordo geral: «Ainda existem muitos pontos difíceis».

Ambas as delegações tencionam regressar a Moçambique até ao fim da semana, retomando as conversações, a quarta fase, no próximo mês, no dia 22. Então discutir-se-á o cessar-fogo, propriamente dito, a criação de uma comissão para a garantia das tréguas e as questões militares.

Eleições um ano após o acordo de cessar-fogo

O acordo assinado ontem por Guebuza e Domingos, que é o responsável dos Negócios Estrangeiros da Renamo, estabelece que as eleições gerais serão

convocadas um ano depois da data da assinatura do acordo geral. Além disso, assegura a liberdade de informação, expressão e propagação política e obriga a facilitar o regresso em segurança de cerca de 1,5 milhões de refugiados de guerra.

A Renamo terá um terço dos lugares na Comissão Eleitoral Nacional, que, aberta a todas as forças políticas, controlará todo o processo eleitoral. As Nações Unidas e outras organizações serão convidadas a enviar observadores.

O protocolo estipula ainda que o país venha a ter um sistema eleitoral de representatividade proporcional.

«A guerra foi causada por questões políticas e por isso decidimos resolver primeiro estes assuntos», disse Jaime Gonçalves. «O acordo de hoje é muito importante, porque representa o último passo político antes do acordo geral e é uma base para a reconciliação nacional».

A questão de uma eventual revisão constitucional ficou adiada, mas um parágrafo anexo ao protocolo de ontem refere-

se ao assunto: «Verificando a presença de divergências face à relação entre a futura Assembleia, a Constituição em vigor e os procedimentos para eventuais modificações desta Constituição, as duas partes estão de acordo com os mediadores para que a sua discussão seja adiada para uma data a determinar pelos mediadores em consulta com as duas delegações».

Raffaelli disse, a este propósito, que «as divergências não parecem ser ultrapassáveis». Contudo, não indicou qualquer data para a retomada do assunto.

O Governo italiano, por seu turno, felicitou-se em comunicado com «a atitude construtiva manifestada pelas duas partes», o «que permitiu concluir um importante passo à frente no processo de pacificação de Moçambique».

As negociações moçambicanas devem-se à iniciativa da comunidade católica de Santo Egídio, tendo tanto o Governo de Joaquim Chissano como a Renamo de Afonso Diakhama pedido a mediação do arcebispo da Beira, da Comunidade Europeia e da Itália. ■

África do Sul entre a espada e a parede

Do nosso enviado Jorge Heitor, em Pretória*

Uma afirmação feita ontem por Nelson Mandela dizendo que um voto contra as negociações em curso poderia lançar a África do Sul numa autêntica guerra já não é propriamente notícia, de tão óbvia. Afirmações idênticas têm aliás sido repetidamente feitas pelos principais dirigentes da economia e da finança sul-africanas.

Se um veto da população branca vier a suspender os trabalhos da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), através dos quais se está a procurar definir os princípios básicos de uma nova Constituição, o grau de violência que hoje se vive poderá aumentar exponencialmente.

A África do Sul encontra-se entre a espada e a parede: entre a certeza de uma guerra civil, no caso de o Presidente De Klerk ser derrotado e a extrema-direita assumir o poder, e a incerteza da caminhada para uma "sociedade democrática" em moldes ainda a definir ao longo dos próximos meses.

Cresceram as pressões. John Major, Margaret Thatcher e Helmut Kohl enviaram a De Klerk mensagens de solidariedade. Artistas e intelectuais brancos, ao lado dos dirigentes das grandes empresas, apelam ao voto no "sim", tal como o Congresso Nacional Africano — destacados militantes brancos do ANC já anunciaram que participariam no referendo, votando "sim".

Mas uma grande parte da comunidade branca, conforme já anotámos em anteriores reportagens, não confia em Frederik de Klerk nem na sua capacidade de negociação com o grupo liderado por Nelson Mandela. E, por isso, tende a votar "não".

Yakoob Mehtar, um muçulmano de 40 anos com quem ontem conversámos em Pretória, no seu estabelecimento comercial, disse-nos "não ter medo do futuro, mas só de Deus". No entanto, esta opinião de um membro da comunidade "indiana" não é de modo algum compartilhada pelos cinco milhões de brancos da África do Sul, que temem o futuro, seja qual for o ângulo por que o encarem.

A proximidade da violência quotidiana nas "townships" negras — só nos últimos seis dias houve cerca de 60 mortos — e o modo que os negros, uma vez no poder,

não respeitem os compromissos, têm um grande papel neste reflexo. Mas além da insegurança, os grupos mais modestos da comunidade branca temem também o empobrecimento. Além dos efeitos da recessão, começam a sentir uma maior concorrência da mão-de-obra negra no mercado do trabalho. Sabem que vão perder privilégios. E responsabilizam o Presidente De Klerk.

"As mudanças causam sempre violência, em qualquer país" — reconheceu Yakoob, cujos avós vieram do Estado indiano de Guzarat, e que espera a vitória do "sim", tal como muitos negros — que não todos... como alguns radicais da AZAPO que dizem que o triunfo do "não" tornaria mais unida e mais forte a comunidade negra.

"O 'não' torna as coisas bastante piores" — comentou aquele comerciante de Pretória, cidade que provavelmente não conservará este nome por muito mais tempo, se as coisas correrem como Mandela deseja. Poderá vir a chamar-se Mamelodi.

Note-se, no entanto, que uma eventual vitória do "não" — até mesmo facilitada se houver muitas abstenções — não será necessariamente o fim definitivo da Codesa e a morte à nascença de uma nova Constituição.

De Klerk demitir-se-ia, convocando novas eleições gerais só para brancos, nas quais se poderia verificar uma reviravolta do eleitorado. Esse é um dos cenários possíveis com que temos de contar. Uma vitória tangencial dos "ultras" no referendo e, depois, a sua derrota nas eleições legislativas.

Segunda hipótese, e mais catastrófica de todas, seria a de Andries Treurnicht e os seus aliados neonazis ganharem tanto o referendo como as eleições subsequentes, despertando tanto a indignação internacional como a cólera do ANC e dos partidos à sua esquerda — Congresso Pan-Africano (PAC) e Organização dos Povos da Azânia (AZAPO) — que pegariam em armas contra o novo poder, ou que, pelo menos, seriam tentados a colocar bombas nas cidades e minas nas estradas.

Terceiro cenário a encerrar será o do triunfo do "sim", que de qualquer modo não conseguirá decerto a margem tranquilizado-

ra que De Klerk desejava. Nesse caso, a Codesa vai para a frente, a África do Sul terá no fim do ano um Governo de transição, mas as sabotagens não deixariam de existir, desta vez por obra e graça da extrema-direita, que ainda ontem tentou, uma vez mais, lançar-se contra uma zona ocupada por negros nas proximidades de Joanesburgo.

Seja qual for o ângulo por que se encare a situação, ela é bem difícil e preocupante para quase todas as pessoas, sendo poucas as que — como Yakoob e outros dos perto de um milhão de indianos deste país — dizem não se importar muito que sejam os brancos ou os negros a governar a África do Sul: "Desde que queiram saber do estômago das pessoas". Mas sempre foi adiantado que preferiria um Governo misto, com representantes de todas as comunidades sul-africanas.

Em princípio, essa é também a ideia do Presidente De Klerk e do ANC para uma Administração interina, a formar durante o último trimestre deste ano. Lá estariam praticamente todos os que aceitaram participar nas negociações Codesa, desde os grupos brancos moderados aos indianos e aos mestiços, passando pelo Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, que viu fracassar o seu antigo sonho de se tornar uma alternativa a Mandela.

O Partido Nacional, do Presidente De Klerk, só entrou mais a sério nas negociações com o ANC depois de terem falhado as tentativas de insuflar o Inkatha e fazê-lo passar por partido verdadeiramente representativo de um grande sector dos negros sul-africanos, designadamente dos zulus. As sondagens dos últimos meses mostram que, na verdade, o partido de Buthelezi não consegue atrair as simpatias de um quinto sequer do eleitorado geral, enquanto o de Mandela é o preferido por mais de metade da população e o do Presidente De Klerk obterá talvez 20 por cento dos votos, distribuídos por todos os grupos étnicos.

Significativo da desorientação do Inkatha é o pacto de "não-agressão" que alguns dos seus dirigentes ontem celebraram com os neonazis do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB). E que Buthelezi, logo a seguir, veio desaprovar.

Nos últimos dias, a campanha subiu de tom e tornou-se particularmente acesa entre o Partido Nacional, no Governo desde 1948, e o AWB, de Eugene Terre Blanche, que o Presidente acusa de nazi, recebendo em troca o epíteto de "comunista".

Uma bomba explodiu ontem de madrugada nos escritórios do Partido Nacional, em Pietersburg, no Norte do Transvaal, mas não causou feridos. Apenas um indício da campanha, "tipo IRA", a que a extrema-direita sul-africana se poderá dedicar, no caso de Frederik de Klerk se aliar com o ANC e com o Partido Comunista num Governo de transição. Há muitos simpatizantes do AWB e de outras organizações extremistas em sectores-chave da África do Sul, facilmente mobilizáveis para actos de sabotagem e para a desejada demonstração de que estruturas controladas por negros não conseguem funcionar.

Perante tudo isto, De Klerk procura manifestar uma posição firme perante a ameaça dum novo terrorismo. "Estamos confrontados com um perigoso fenómeno, o terrorismo de direita", disse ao fim do dia, numa reunião eleitoral com professores. "O Governo agirá tão firmemente como o fez contra o terrorismo no passado — não nos deixaremos intimidar".

E Nelson Mandela tenta adoptar uma posição moderada e até diz que conversaria com o Partido Conservador se ele chegasse ao poder. O que não tolerará é que se tente reimpôr o "apartheid", em vez de se tentar criar uma democracia multirracial. Foi esse o sentido das suas declarações de ontem, à imprensa estrangeira em Joanesburgo: se um futuro Governo branco optar pela via da repressão, então haverá no país "uma agitação sem precedentes".

*com Steven Lang, em Joanesburgo

Do nosso enviado
Jorge Heitor*
em Joanesburgo

Tal como os croatas não querem ser jugoslavos e os ucranianos explicam que não são propriamente russos, assim uma parte substancial da comunidade branca sul-africana reivindica o direito a valores próprios, temendo ficar subalternizada num país dominado por negros. Seria demasiado fácil dizer que o referendo do dia 17 é apenas uma luta entre adeptos da democracia e nostálgicos do "apartheid".

Ao ouvir, num comício do Partido Conservador, Andries Treurnicht defender o "não" no referendo de dia 17 vem-nos de imediato à memória o drama de Alejandro Casona, "As árvores Morrem de Pé". À nossa frente, majestoso, apesar de septuagenário, está um homem que não se verga aos ventos da História e que quer por força morrer de pé... Se possível, com o título de Presidente.

O drama de Treurnicht — e de muitos outros brancos sul-africanos — é que não se conforma que antiga União da África do Sul possa ser dentro de pouco tempo um país governado por negros, contrariamente ao que sempre desejaram tantos políticos afrikaans, que neste país criaram raízes e a sua própria língua, o afrikaans - vindo do holandês, mas com influências francesa, malaia e inglesa.

Por isso, exige uma pátria só para brancos, dentro de uma confederação de estados sul-africanos, de algum modo equiparável à CEI que resultou da antiga União Soviética. Mas os seus adversários respondem-lhe que isso não é viável, pois que não existe nenhuma região da África do Sul exclusivamente habitada por brancos, antes se verificando nas diversas zonas a coexistência de uma pluralidade de etnias.

Um salto para o desconhecido

Seria demasiado fácil dizer que o referendo da próxima terça-feira opõe os que querem um

sistema plenamente democrático e os que persistem na teimosia do apartheid; pois os defensores do "não" têm razões de peso, perfeitamente lógicas, para se oporem ao prosseguimento das negociações Codessa (Convenção para uma África do Sul Democrática) que, no seu entender, é um passo para o desastre... e para o desastre.

Não deixa de ser persuasiva a argumentação dos adversários do Presidente De Klerk: se verificou que lituanos, russos e ucranianos não faziam todos parte da mesma pátria, como queria Estaline; se reconheceu que croatas, eslovenos e sérvios não estavam bem na mesma nau, como é que se pode agora querer que os indivíduos de ascendência europeia sejam colocados em pleno pé de igualdade com cidadãos de culturas muito distintas, sem se lhes reconhecer o direito à diferença?

Muitos brancos que entre 1974 e 1975 saíram de Angola e de Moçambique e que, em 1980, saíram do Zimbabwe encontraram na África do Sul a sua última fronteira, um território de paz e de estabilidade que não querem de modo algum ver derrapar para situações que ao longo das últimas décadas se verificaram noutras partes do continente. Os casos de países como a Somália, a Etiópia, a Libéria e o Zaire são o espectro que amedronta uma parte importante da comunidade branca sul-africana.

É claro que Frederik De Klerk explica que é exactamente para evitar situações dessas que está a negociar: para garantir a protecção dos direitos dos cinco milhões de brancos que aqui se instalaram a partir do século XVII. Mas homens como Treurnicht, muito mais cépticos, não acreditam que dentro de uma década a maioria negra não possa vir a rasgar todos os compromissos a que se chegou na Codessa.

É a mensagem de Treurnicht tem eco no homem da rua. "Os negros nunca se converterão aos valores da civilização ocidental. Têm uma cultura totalmente diferente. Sentamo-los num trono e daí a um bocadinho já estão a saltar para a selva" — ouvimos a um taxista branco, J. Smit, que nasceu em Joanesburgo e que irá votar "não" no dia 17.

"Não é que pretenda ver Treurnicht no lugar do Presidente. Mas desejo uma eleição geral, aberta a todos (brancos e pretos), para que se verifique a verdadeira força de cada qual. O ANC nem sequer é um partido político, mas sim um grupo terrorista, com as suas espingardas AK 47" — acrescenta o mesmo motorista, um dos muitos brancos sul-africanos que na próxima semana poderão colocar em perigo o curso das reformas iniciadas em 1990.

Nada está decidido

O director do Centro de Estudos Africanos, o economista zulu Eugene Nyati, de 34 anos, disse ao PÚBLICO que o "sim" poderá obter de 60 a 65 por cento dos votos expressos, mas o ministro da Finanças, Barand du Plessis, mais prudente, avança uma previsão de 55 a 60 por cento; de modo que nada está ainda decidido e que a luta destes últimos dias será excepcionalmente renhida.

Nos comícios do Partido Conservador, durante os quais se lêem dísticos de "Ninguém investe no caos" e se dão vivas a Le Pen, vemos a metade recessiva da comunidade branca sul-africana, onde predominam os mais pobres, e ouvimos ataques ao grande capital, que segundo Treurnicht defende o "sim", mas começa já a levar o dinheiro para fora do país, preferindo outras paragens.

Empresas multinacionais, artistas e campeões desportivos têm vindo a fazer campanha a favor do prosseguimento das negociações que até ao fim do ano poderiam dar origem a um Governo de transição, válido por cerca de dois anos.

Mas cerca de 40 por cento dos brancos, pelo menos, não se deixam convencer de que a partilha do poder num país multi-racial não iria, mais tarde ou mais cedo, redundar na "derrota da civilização ocidental" e no controlo da África do Sul pelos "comunistas".

A um membro britânico da Liga Mundial Anti-comunista, Andrew Smith, que veio participar na campanha dos conservadores, ouvimos — a par de diatribes contra "Bush, Kissinger e todos os outros manipuladores internacionais" — que a luta é agora "entre a civilização ocidental e o Terceiro Mundo"; e já não entre o capitalismo e os regimes comunistas, que na sua maior parte se desmoronaram.

"Não queremos interferências estrangeiras" — grita Treurnicht, ao mesmo tempo que se vangloria da solidariedade do francês Le Pen e de uma parte dos conservadores britânicos (que não o primeiro-ministro John Major). E logo volta todo o seu ódio contra a Codessa, espécie de Estados Gerais que estão a revolucionar a África do Sul e que dentro de oito meses colocarão de pé uma Administração interina, se a vitória no dia 17 couber ao "sim".

Naturalizações à pressa

Uma das novidades desta última semana foi ver muitos milhares de estrangeiros residentes no país a naturalizar-se à pressa, a fim de poder participar no referendo. Ninguém sabe dizer muito ao certo para qual das

partes em contenda é que isto será vantajoso, mas fizeram-nos notar que o Governo talvez não tivesse facilitado o processo se previsse que a maioria dos novos cidadãos iria votar contra a sua posição reformista.

Assim, portugueses, italianos, gregos e tantos outros aqui radicados há mais de cinco anos (ou apenas quatro, se dominarem o afrikaans e o inglês) tiveram agora a oportunidade de se tornar sumariamente sul-africanos, desde que não se importem que isso os leve eventualmente a perder a cidadania de origem, conforme a legislação dos respectivos países.

Em numerosas embaixadas e consulados da África do Sul também se poderá votar para o mais disputado referendo da História recente deste território austral, onde os brancos tentaram em vão conseguir o domínio que obtiveram no Canadá, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. Aqui a sorte foi-lhes adversa, pois os negros têm, ou conseguiram ter, muito mais peso do que os índios ou os aborígenes da Oceânia.

Quanto à afirmação feita pelo Presidente de Klerk de que está a negociar precisamente para que a nova Constituição garanta os direitos da minoria branca (cerca de um oitavo da população total), o académico Eugene Nyati comentou ao PÚBLICO que deve haver, sim, protecção dos direitos individuais, mas não dos grupos: "isso seria ainda apartheid". E logo observou que em países de maioria branca não há nenhuma legislação especial para defender a representatividade das minorias negras, como tais.

Segundo o director do Centro de Estudos Africanos, os 40 milhões de cidadãos da África do Sul — negros, brancos, indianos e mestiços — poderão esperar eleições gerais no fim de 1994 ou no início de 1995, mas o ANC — tido como principal força política do país — desejaria que elas se efectuassem um pouco antes. Se possível, no segundo semestre de 1993.

Entretanto, há esta barreira do referendo só para brancos e que decorre sobre um pano de fundo de recessão económica, violência política, crime comum e seca.

Estes factores, embora objectivamente não tenham muito a ver com a questão em causa (a ver com a não com as negociações Codessa), poderão decerto ter o seu peso negativo na decisão de muitos eleitores. De modo que, não é fácil garantir desde já a vitória de Frederik De Klerk. E, nos comícios do Partido Conservador, Andries Treurnicht é apresentado como "the future State Presidente".

*com Steven Lang

Os 700 mil portugueses são uma das comunidades mais preocupadas com o que poderá acontecer a uma África do Sul governada por negros. Muitos deles vieram de Moçambique e Angola e estão ainda traumatizados pela descolunização de 1974-75. Todos têm medo mas, mesmo dentro de uma única família, nem todos tiram as mesmas conclusões.

“**D**e Klerk é um traidor. Desde que tirou Mandela da prisão, tem feito tudo o que ele quer. Às vezes diz que não, mas logo a seguir acaba por transigir.” É uma opinião a preto e branco, sem nuances, a de Daniel Martins, de 54 anos, português, residente na zona de Bezuindenhout, em Joanesburgo.

“Os pretos não estão preparados para governar e vão dar cabo disto tudo. Como o têm feito por toda a África” — acrescenta aquele antigo habitante de Lourenço Marques (hoje Maputo), que se acaso tivesse adquirido a nacionalidade sul-africana votaria muito provavelmente “não” no referendo da próxima semana, por “não acreditar em nada do que De Klerk diz” e entender que o Presidente “está inteiramente feito com o ANC”.

A opinião deste fabricante de apetrechos de pesca é mais ou menos a mesma de uma parte substancial da comunidade portuguesa da África do Sul e até a de dois ou três milhões de brancos deste país. Opinião que, por mais reacionária que possa ser considerada pelos cidadãos bem pensantes do mundo ocidental, tem que ser tomada em devida conta, porque vai pesar muito no evoluir dos acontecimentos durante os próximos anos.

A mulher de Daniel, Teresa, de 48 anos, professora de Português, tem posições muito próximas das do marido, mas tira conclusões diferentes. Considera que, apesar de tudo, votaria “sim”, pois que “para a frente é que é o caminho”, por mais sombrio que ele se apresente, com o risco de todo um cortejo de violência e de degradação do nível de vida, mormente em cidades como Joanesburgo.

Os filhos do casal — Gigi (Regina), de 26 anos, Daniela, de 22, e Rui, de 18 — não se pronunciam muito abertamente, pelo menos quando os pais estão presentes.

“A política é tabu nas escolas sul-africanas. Os nossos jovens sabem pouco do que vai pelo mundo” — observa-nos noutra ocasião Gigi, que vai casar em Outubro, mas que há pouco ficou desempregada, devido à recessão económica que afecta o país e que a extrema-direita associa, mesmo sem razão, ao processo de reformas encoetado há pouco mais de dois anos por Frederik De Klerk.

A família Martins não acredita que a maioria negra, designadamente o ANC, venha a respeitar por muitos anos qualquer eventual compromisso de garantir os empregos e a tranquilidade da comunidade branca. Mas mesmo assim por aqui vai

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 13 MARÇO 1992

Insegurança e degradação urbanas favorecem o “não” na África do Sul

Uma família portuguesa

ficando, não vendo outra saída, dado que não foi das que conseguiu na devota altura colocar as suas economias em Portugal e aí adquirir alguns bens.

Alguns portugueses da zona de Joanesburgo já partiram para a Europa ou estão a encher os contentores para o fazerem, como outrora em Lourenço Marques. Houve mesmo os que voltaram há pouco a Moçambique, a refazer vidas ali interrompidas há 17 anos. Mas a maioria vai-se deixando estar, apesar de tudo. Tem muitas queixas e muitos medos, receia o pior de um país onde a criminalidade tende a aumentar, mas foi aqui que criou os filhos e encara o destino como uma fatalidade.

“Que emprego é que ia agora arranjar em Portugal, à beira dos 55 anos? E casa?” — pergunta Daniel Martins, que nos fala incessantemente dos bairros que já entraram em degradação depois que passaram a ser habitados por negros, do alastrar do Soweto para zonas que eram reservadas aos brancos, de violações e de assaltos à mão armada.

Opiniões obviamente diferentes são as de muitos negros, a quem finalmente se abre a perspectiva de serem cidadãos de pleno direito de um país muito rico e com uma invejável rede de infra-estruturas: “Agora adquirimos a dignidade, já pode-

mos andar nas ruas, sem nos prenderem por tudo e por nada, sem nos espancarem” — ouvimos a Albert, um taxista residente no Soweto, cidade da área de Joanesburgo cuja população será igual ou superior à da grande metrópole.

Negócios parados à espera do referendo

“Não nos importa nada que o Presidente seja preto, desde que a violência não aumente e que não destruam tudo. Mas a degradação vai concertiza ser generalizada” — diz-nos Gigi Martins, no quinquagésimo andar da Carlton Tower, esperando a vista por toda a grande urbe, incluindo as minas de ouro e a zona denominada “Little Portugal”.

A quase certeza que muitos brancos têm de que um Governo com maioria ANC será um passo para a deterioração das cidades está a contribuir para fortalecer as perspectivas do “não” no referendo de terça-feira, admitindo-se mesmo que possa rondar os 45 ou 48 por cento. E só não sairá eventualmente vencedor porque muitos adversários de De Klerk, que tem sido comparado a De Gaulle e a Gorbachov, receiam o isolamento internacional que se seguiria.

Outra perspectiva em aberto — embora normalmente considerada pouco consistente pelos analistas — é a de, perante um impasse ou uma grande crise política, alguns militares tentarem um golpe de Estado. Ninguém quer acreditar muito nela, mas a verdade é que vai passando dia a dia pelo espírito de muitas pessoas.

Enquanto isto, muitos negócios estão parados, na expectativa dos resultados de dia 17. E a indústria turística receia, no caso de triunfo do “não”, perder a tendência para a subida registada ao longo do último ano. ■

A aliança do “sim”

OS DIRIGENTES dos sete Estados africanos da “linha da frente”, reunidos em Lusaka, apelaram ontem ao “sim” no referendo sul-africano da próxima terça-feira. “A escolha dos eleitores brancos é entre integrarem uma nova África do Sul democrática ou permanecerem nas trevas do ‘apartheid’ e do racismo”, declara o comunicado final da reunião. Igual apelo tem sido feito pelas grandes figuras da vida económica sul-africana. Entre outros, Julian Ogilvie Thompson, presidente do grupo De Beers (diamantes) e da Anglo-American, o maior conglomerado do

país; Harry Oppenheimer, antigo chefe do mesmo grupo; Basil Herscov, presidente do First National Bank e dum grande conglomerado mineiro; Henri de Villiers, presidente do Standard Bank Investment Corporation, fizeram apelos ao “sim” e advertiram contra os riscos dum vitória do “não”. Thompson resume o pensamento dos meios de negócios: as consequências dum voto “não” seriam catastróficas para a economia, a estabilidade interna e as relações internacionais do país. “No mínimo um desastre”, disse. ■

No meio da África do Sul em crise

Um dia calmo no Soweto O "terrorismo de direita"

Do nosso enviado
Jorge Heitor
no Soweto

Soweto passou a ser, para muitos, sinónimo de violência. Mas nesta grande cidade negra, que muitos brancos só querem observar de helicóptero, os dias também podem ser tranquilos. Dizem-nos que é como um "camaleão", pela sua capacidade de metamorfose — entre os dias calmos, como o que lá passámos, e aqueles em que de manhã se encontram corpos na rua.

O Soweto é como um vulcão, pode passar muitos dias adormecido e de repente entra em erupção. Ou é como um camaleão, umas vezes parecendo uma coisa e outras vezes outra" — disse-nos o contabilista zulu Ernest Nxumalo, uma das pessoas que o PÚBLICO contactou na grande cidade negra situada a Ocidente de Joanesburgo e que não é bem aquilo que muitas vezes se pensa na Europa.

"Em certos dias, levantamo-nos e há corpos nas ruas" — acrescentou Ernest, que bebia cerveja em casa de um "xhosa", Rhodwell Mzamo Gubese, de 48 anos, assistente de produção cinematográfica, que já esteve em Inglaterra, nos Estados Unidos e em Hong Kong, e tem filhas a tirar cursos universitários, no Transkei e no Cabo.

"Quem promove a violência entre negros é o Governo branco, que nós aqui juntamos zulus, 'xhosas', 'sothos' e outros, falando as línguas uns dos outros. Cada um de nós sabe seis ou sete línguas, incluindo afrikaner e inglês" — continuou a mesma persona-

gem, numa sala de estar que bem poderia situar-se na Amadora ou em Alverca, não se lhe notando grande diferença. A generalidade das residências do Soweto tem água e electricidade, não sendo propriamente uns tugúrios; se bem que haja algumas mais pobres, como as que também encontramos quando, à saída de Lisboa, nos dirigimos a Frielas ou à Apelação.

Interrogado sobre se acha mesmo que é actualmente o Governo De Klerk que está por detrás de tanta violência, ou se não se querera antes referir a grupos de extrema-direita, Ernest responde que não será o próprio Presidente a dirigir as coisas, mas que há, nos vários grupos brancos, pessoas que entram em contacto com o Inkatha e que tornam difícil a actual fase da vida na África do Sul. Noutras cidades negras das imediações de Joanesburgo, como Alexandra e Shaperville, está em vigor um recolher obrigatório das 22 horas às quatro da manhã.

Grandes estradas de muitas faixas atravessam o Soweto, onde bem mais de um milhão de pessoas reside hoje em condições que não serão inferiores às de muitas cidades satélites das capitais europeias. Há automóveis a muitas portas, regam-se por vezes pequenos jardins, existe o pequeno comércio, fazem-se feiras ao ar livre, como no Bairro do Relógio ou nas Galinheiras. O contraste só é maior quando comparado com a grande opulência de Joanesburgo, ali a uns 20 quilómetros, com os seus prédios de 27 ou 50 andares e os seus numerosos centros comerciais do tipo Amoreiras e Cascais Shopping.

"Muitas vezes consideram-nos inferiores porque não lemos tantos livros, mas a nossa cultura africana é muito mais oral, passa de pais para filhos. Estamos a lutar por essa cultura, cujos princípios devem ser a base das novas leis" — afirma-nos Sydney Zungu, professor de Matemática, de 48 anos, residente em Pimville, um dos numerosos

bairros do Soweto, onde começámos por visitar Orlando e passámos depois a Chiawelo, Protea e outras zonas, antes de tomar a auto-estrada que conduz a Potchefstroom (onde os conservadores ganharam a eleição parcial branca do mês passado).

A particularidade do Soweto, onde estivemos num sábado calmo, é ser uma cidade onde mais de 95 por cento dos habitantes são negros e que muitos brancos só querem observar de helicóptero. Os escassíssimos não-negros que lá vimos foram alguns mestiços e um ou outro indiano, com a sua casa comercial. Mas disseram-nos que também há alguns comerciantes chineses, grupo étnico que recentemente recebeu a categoria de "branco honorário", mas que ainda não poderá votar no referendo de terça-feira.

De acordo com algumas das pessoas contactadas ontem, "xhosas" e zulus, o ideal seria que o ANC, força maioritária da sociedade sul-africana, congregasse à sua volta grupos situados tanto à direita (caso do Inkatha) como à esquerda (PAC); numa grande aliança ou congregação de esforços eventualmente extensiva ao Partido Nacional de Frederik de Klerk. Mas a verdade é que o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, se apresenta bastante sinuoso nas suas posições: enquanto uma parte se alia aos neonazis de Eugene Terre-Blanche, o líder do partido afasta-se estrategicamente da extrema-direita branca e diz ser favorável a um voto "sim" no referendo de dia 17...

Segundo os defensores da resposta positiva a De Klerk, a escolha é entre racismo e reforma, isolamento e aceitação universal, ostracismo e conciliação, entre caos e negociação pacífica. A resposta oficial dos eleitores brancos será conhecida na manhã de quarta-feira. ■

"PORQUE é que os doces custam tão caro?", perguntou Tanya, cinco anos, ao Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, durante uma visita a uma escola integrada na campanha para o voto "sim" no referendo sobre as reformas, marcado para o próximo dia 17. "Uma das grandes razões são as sanções que o mundo nos impôs porque estava zangado connosco", respondeu o Presidente, sorrindo. "Mas se toda a gente votar 'sim' na terça-feira, então tudo ficará bem e já não terás que te preocupar com o preço dos doces", explicou.

Na véspera, De Klerk fora insultado por estudantes da extrema-direita, que lhe atiraram gás lacrimogénio quando ele se preparava para fazer um discurso no "campus" da Universidade de Pretória. Referindo-se à atitude dos estudantes e a dois atentados à bomba contra o Partido Nacional, na noite de quinta para sexta-feira, o Presidente afirmou: "Assistimos a um fenómeno perigoso, o terrorismo de direita. O Governo agirá com firmeza. Não permitiremos que a maioria dos sul-africanos seja intimidada", disse, acrescentando que a polícia estará presente no dia do referendo para proteger os votantes.

Entretanto, através de um telefonema anónimo, um homem que disse pertencer ao grupo extremista "Lobos Brancos" reivindicou responsabilidade pelo incêndio que na véspera vitimara sete crianças negras num orfanato.

A polícia anunciou ontem que oito pessoas morreram nos bairros negros dos arredores de Joanesburgo desde a manhã de sexta-feira. Em Shaperville e Alexandra foi instaurado o recolher obrigatório, o porte de armas foi proibido e a polícia goza de poderes reforçados. ■

"sim"

na África do Sul

SEXTA-FEIRA, 13 MARÇO 1993

O PARLAMENTO de Estrasburgo exortou, ontem, o eleitorado branco sul-africano a votar "sim" no referendo de 17 de Março próximo, sobre a constituição de um governo multi-racial no país. Na resolução aprovada pelo PE salienta-se que um resultado positivo ao desafio lançado pelo presidente De Klerk conduzirá à supressão imediata de todas as restrições ainda existentes nas relações CE-África do Sul. O PE considera ainda o referendo como prova do empenho do Governo sul-africano na reforma do antigo regime de "apartheid" e reconhece o papel fundamental do Presidente. ■